

## 10 principais Projetos de Lei que estão em tramitação na Câmara Federal

1. **PL nº 1.876**, de 1999 do Dr. Sérgio Carvalho – dispõe sobre áreas de preservação permanente, reserva legal, exploração florestal e outras.
2. **PL nº 4.524**, de 2004 do Sr. Enio Bacci – altera o Código Florestal com preferência mínima de 50% de espécies nativas e dá outras providencias.
3. **PL nº 4.091**, de 2008 do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – altera a Lei 4.771 de 1965, de forma a modificar os critérios para a recomposição de reserva legal e dá outras providencias.
4. **PL nº 4.395**, de 2008 da Sra. Rose de Freitas – altera a Lei 9.605 de 1998, Ampliando a aplicação de sanções nos crimes contra a flora.
5. **PL nº 5.367**, de 2009 do Sr. Valdir Colatto e outros – institui o Código Ambiental Brasileiro, estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente, definindo os bens que pretende proteger e criando instrumentos para essa proteção; cria a política geral de meio ambiente urbano. Revoga o Decreto – Lei nº 1.413, de 1975, o decreto nº 4.297 de 2002, as Leis nºs 6.938 de 1981 e 4.771 de 1965, o art. 7º da lei 9.605 de 1998, e o art., 22 da Lei 9.985 de 2000.
6. **PL nº 5.226**, de 2009 do Sr. Leonardo Monteiro e outros – dispõe sobre a proteção das florestas e outras formas de vegetação, e dá outras providências.
7. **PL nº 4.619**, de 2009 do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – dispõe sobre a obrigatoriedade de recomposição de áreas de preservação permanente desprovida total ou parcialmente de vegetação nativa nas propriedades ou posses rurais e dá outras providencias.
8. **PL nº 5.020** de 2009, do Sr. Anselmo de Jesus – altera e acresce dispositivos à Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, Código Florestal Brasileiro.
9. **PL nº 6.227** de 2009, da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – institui o Código Ambiental Brasileiro, estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente, definindo os bens que pretende proteger e criando os instrumentos para essa proteção; cria a política geral de meio ambiente urbano, revoga o Decreto-Lei 1.413, de 14 de agosto de 1975, e a Lei 4.771, de 1965, os arts. 1º a 16 da Lei 6.938 de 1981, o art. 7º da Lei 9.605 de 1998, e o art. 22 da lei 9.985 de 2000.
10. **PL nº 6.238** de 2009, do Sr. Paulo Piau – institui a Lei Ambiental Rural Brasileira e revoga a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.